

GLOBALIZAÇÃO, REGIONALISMO E ESPACIALIZAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

*GLOBALIZATION, REGIONALISM, AND SPATIALIZATION IN CONTEMPORARY
INTERNATIONAL RELATIONS*

Eduarda Lattanzi¹

¹Bolsista de Pós-Doutorado / Capes-PIPD, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política/IESP-
UERJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: eduarda.lattanzi@hotmail.com ORCID:
<https://orcid.org/0000-0002-1044-8330>.

Ana Paula Tostes²

²Professora Associada no Departamento de Relações Internacionais (DRI) e no Instituto de Estudos
Sociais e Políticos (IESP) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio
de Janeiro, Brasil. E-mail: anapaulatostes@iesp.uerj.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9642-6211>.

Recebido em: 16/06/2024 | Aceito em: 19/11/2024.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



Eduarda Lattanzi e Ana Paula Tostes

DOI: 10.12957/neiba.2024.85120 | e85120 | ISSN: 2317-3459

RESUMO

O artigo visa traçar uma história transversal sobre o desenvolvimento do regionalismo, desde uma abordagem conceitual e analítica institucionalista, ao priorizar o papel de organizações internacionais e regionais no processo de normatização internacional. Partimos do pressuposto de que processos de regionalização se ajustaram a demandas da política e da economia no século XXI, de forma a provocarem novas abordagens teóricas sobre regionalismos comparados e inter-regionalismo (Börzel e Risse, 2016; Acharya, 2009; Hänggi, 2006; Robles, 2008, por exemplo). Nesse contexto, entretanto, o papel dos espaços regionais institucionalizados passa a revelar novas ambições de exportação de projetos regionais consolidados (Middell e Marung, 2019) para outros espaços internacionais. O artigo visa contribuir para o debate sobre o papel de organizações regionais e de que forma o tema do regionalismo passa a revelar novas ambições de exportação de projetos regionais consolidados (Middell e Marung, 2019) para outros espaços internacionais.

Palavras-chave: Organizações Regionais; Cooperação Internacional; Instituições Internacionais.

ABSTRACT

This article aims to outline a cross-sectional history of the development of regionalism, using a conceptual and institutionalist analytical approach that prioritizes the role of international and regional organizations in the process of international norm-setting. We start from the assumption that processes of regionalization have adapted to the demands of politics and economics in the 21st century, provoking new theoretical approaches to comparative regionalisms and inter-regionalism (Börzel and Risse, 2016; Acharya, 2009; Hänggi, 2006; Robles, 2008, for example). In this context, however, the role of institutionalized regional spaces reveals new ambitions for exporting established regional projects (Middell and Marung, 2019) to other international spaces. This article aims to contribute to the debate on the role of regional organizations and how the theme of regionalism unveils new ambitions for exporting established regional projects (Middell and Marung, 2019) to other international spaces.

Keywords: Regional Organizations, International Cooperation; International Institutions.



INTRODUÇÃO

A crescente interdependência entre os Estados foi impulsionada pela expansão de cadeias globais que, a partir da década de 1990, ampliaram formas de cooperação internacional no campo do comércio e investimentos. Nesse contexto, a busca dos Estados por soluções especializadas para o atendimento de demandas do mercado internacional levou à aceleração e variedade de constituição de organizações internacionais regionais. Nos moldes de sua emergência e aprofundamento na década de 1990, uma ordem de Estados globalizada, mas povoada de organizações regionais (Santander, 2016; 2018), provoca uma nova visão sobre o papel dos espaços regionais institucionalizados para repensar a globalização no século XXI, de forma que o tema do regionalismo passa a revelar novas ambições de exportação de projetos regionais consolidados (Middell e Marung, 2019) para outros espaços internacionais. Para o desenvolvimento desse argumento, o artigo parte de conceitos e abordagens teóricas institucionalistas e da integração regional, valorizando-se o desenvolvimento histórico da globalização, busca-se esclarecer tensões e complementariedades entre regionalização e regionalismo, e entre globalização e regionalismo para, por fim, aplicar novas abordagens sobre o tema da “espacialização” e da “projeção global” dos modelos regionais, de Middell e Marung (2019). Há uma dinâmica contemporânea de exercício de influência e projeção de normas na ordem internacional povoada por Organizações Regionais (ORs) que é percebida e designada por ambições de influência internacional a partir da exportação de modelos regionais, estudadas desde diferentes abordagens a serem exploradas no artigo.

Um relevante debate atravessou os anos 1990 e 2000 a respeito do alcance e das consequências das transformações pelas quais têm passado os Estados no contexto da economia globalizada, os perímetros da globalização avançando em diversos setores da vida social, dos relacionamentos, da articulação de grupos de interesse, da cooperação econômica e política e das relações internacionais (e.g. Strange, 1988; Gilpin, 1987; Held e McGrew, 2007). Naquele período, ao mesmo tempo em que se intensificava o processo de interdependência entre os Estados e da globalização com as revoluções tecnológicas, vimos crescer a institucionalização internacional e regional na ordem internacional com forte impacto em uma mudança de cenário, quanto aos atores que passaram a povoar as relações internacionais. Além do aumento de acordos



internacionais, que conta, a partir de dados públicos recentes, com cerca de 250 mil tratados depositados na seção de tratados do escritório de relações internacionais da Organização das Nações Unidas, existem cerca de 42.000 Organizações Internacionais ativas, incluindo Organizações Não Governamentais (ONGs) e Intergovernamentais (OIs), conforme catalogação no Union of International Associations, que adiciona no acervo de informações cerca de 1.200 novas organizações anualmente.

Especialmente, ORs são designadas como aquelas mais complexas, que agregam multitarefas para suprir demandas por cooperação em uma região específica, e que começam a aparecer mais numerosamente após o fim da Guerra Fria, ao longo da década de 1990. Sua proliferação é acompanhada pelo aumento de setores de políticas de cooperação intergovernamental, o que gerou um debate sobre suas características diferenciadas e levou à emergência de uma terceira onda de regionalismo, além do regionalismo antigo ou fechado e novo ou aberto (Fawcett e Hurrell, 1995; Söderbaum, 2016). Segundo autores como Baldwin (2011), é possível identificar uma nova tendência de regionalismo contemporâneo, ainda mais prevalente atualmente, com características próprias que incluem acordos de cooperação econômica, mas com cláusulas que expandem interesses comerciais e industriais para uma cooperação que envolve transferência de tarefas e normas que tradicionalmente são reclusas aos Estados para instituições regionais. Padronizações de normas de produção, direitos sobre propriedade intelectual, direitos trabalhistas e a criação de mecanismos próprios de solução de conflitos e de supervisão sobre o controle das atividades incluídas na cooperação, estão incluídos em Acordos mais abrangentes de investimento e comércio, como se buscou realizar entre União Europeia e Estados Unidos, com o T-TPI³, e os que estão em vigor como o TPP⁴ e o CETA⁵.

Neste artigo, analisamos as questões centrais que animam os estudos sobre mudanças das características do regionalismo no seio dos debates sobre globalização. No mesmo período em

³ Transatlantic Trade and Investment Partnership (T-TIP) foi uma iniciativa de acordo entre Estados Unidos e Europa em forma de tratado internacional apresentada em 2013 como um novo modelo ambicioso de acordo internacional (Office of the United States Trade Representative, 2024a).

⁴ Trans-Pacific Partnership (TPP) foi um acordo anunciado em 2009 pelos Estados Unidos e formalmente assinado, em 2016, por Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura, Estados Unidos e Vietnã. Em 2017, Estados Unidos decidiram se retirar do acordo (Office of the United States Trade Representative (2024b).

⁵ Canada-European Union Comprehensive Economic and Trade Agreement (Government of Canada (2024) é um acordo que foi assinado em 2013 pelo Canadá e pela EU e encontra-se em vigor provisoriamente desde 2017



que o tema da globalização levou a proposições teóricas sobre democracia cosmopolita (Held, 1991), por exemplo, também surgiram debates sobre a relação entre os limites do Estado no contexto dos estudos sobre economia política internacional (e.g. Strange, 1988; Gilpin, 1987; Held e McGrew, 2007). O campo teórico sobre os estudos a respeito das mudanças no regionalismo contemporâneo propõe agendas comparativistas sobre o inter-regionalismo (Söderbaum, 2016; Borzel e Risse, 2016). Procuramos contribuir com uma execução explanatória a respeito do percurso nos estudos sobre regionalismo que propiciam uma interpretação a respeito da espacialização regional no âmbito das relações internacionais, como uma variável que intervém entre relações bilaterais e multilaterais. Em outras palavras, os Estados, quase todos atualmente, antes de se relacionarem no âmbito intergovernamental, partem de interesses construídos e restrições previamente contornadas por mecanismos de institucionalização regional, mais ou menos institucionalizadas, como a literatura aponta. Visamos delinear dimensões de interação e inter-regionalismo, que devem ser consideradas sempre que apresentarem maior poder explicativo sobre ações de Estados no campo internacional, bem como projetos globalizantes que variam e são vistos como formas de influência de modelos locais e regionais de institucionalização sobre outros espaços (Middell e Marung, 2019).

O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA GLOBALIZAÇÃO

Sobre a *globalização*, inventaram-se muitos mitos, mas todos giram em torno das incertezas geradas pela imprecisão do seu conceito e da sua abrangência. O que, em geral, a literatura define como sendo a “globalização da economia”, refere-se ao remanejamento de fluxos cada vez maiores de capital das esferas nacionais para a esfera internacional. Assim, mercados nacionais, antes independentes, tornaram-se mais sensíveis uns aos outros, e as políticas monetárias e fiscais nacionais passaram a ser, frequentemente, influenciadas pelas flutuações do mercado financeiro internacional.

Certamente, foi a nova tecnologia na área da informática e das comunicações que propiciou o aumento radical da mobilidade, tanto de unidades econômicas (moedas, estoques, ações etc.) quanto de informação. Assim, diminuíram as distâncias entre os mercados, as pessoas, as instituições, os povos, as culturas etc., e aumentaram as possibilidades de transmissão de



informações audiovisuais: ao vivo e on-line. Passou-se a falar, então, em “globalização cultural”, mas, quanto a isso, é importante notar que a globalização no domínio das comunicações e da informação, longe de criar necessariamente uma homogeneização cultural ou um “senso comum” de interesses e valores multiculturais, tem veiculado, em muitos casos, um reforço na ideia de defesa das diferenças e das identidades (Held, 1991).

É possível, assim, que não se possa falar em globalização e sim em globalizações, em atenção a suas diferentes naturezas. Nye (2002) tem reconhecido, no mínimo, quatro tipos ou dimensões da globalização: a econômica, a ambiental, a militar e a social. Para o autor, a globalização se caracteriza fundamentalmente pelo crescimento das redes mundiais de interdependência, próximo ao que Held (1991) designou como “ação à distância”, chamando a atenção de que o fato mais significativo da globalização contemporânea é seu altíssimo grau do que o autor chama de *interconexão* entre atores e processos locais e globais. Os atores que interagem nas relações políticas internacionais se tornaram mais interdependentes, no sentido definido por Keohane e Nye (1998), isto é, mesmo quando estes não são equivalentes e interagem com assimetria de recursos, eles não têm tendido a criar políticas de isolamento, mas, sim, de cooperação estratégica.

Uma trajetória explicativa sobre os caminhos da globalização também é contada por pesquisadores do Banco Mundial (Banco Mundial, 2003), quando buscaram identificar etapas do desenvolvimento tecnológico associado à globalização e suas dimensões.

A “primeira onda” da globalização é a que vai do ano de 1879 a 1914. Este período é marcado pelo surgimento do padrão comercial de troca de produtos primários cultivados em terras abundantes (não existentes em países já desenvolvidos) por produtos manufaturados. Isso só foi possível pelas transformações da tecnologia de transportes e seu barateamento. Foi nesse período que se deu a mudança do transporte marítimo de barco à vela por barco a vapor e a expansão das ferrovias. Outro fator importante relativo aos avanços tecnológicos da época foi o aperfeiçoamento e expansão do telégrafo, que possibilitava informação e negociação à distância e com velocidade (Tostes 2004, p. 42).

Depois de um recuo na tendência globalizante do período das guerras, entre 1945 e 1980, ainda segundo a cronologia proposta pelo Banco Mundial (Banco Mundial, 2003), uma “segunda



onda” teria surgido. O recuo nacionalista foi associado à violência e à guerra. Após esse período, um ímpeto internacionalista se releva pela alta cooperação e busca de construção de organizações internacionais. Além da construção de regimes e instituições internacionais, uma “segunda onda”, iniciada na década de 1980, é marcada por ter introduzido a “economia de aglomeração”, em que países ricos se especializaram em nichos de produção e países em desenvolvimento não acompanharam, na sua maioria, o crescimento do comércio global de manufaturas e serviços (Tostes 2004, p. 43).

A década de 1980 marca, ainda, o momento em que países em desenvolvimento conseguiram entrar no mercado global (como por exemplo: China, Índia, Turquia, Marrocos, Indonésia) e países menos globalizados tiveram pior performance econômica. Segundo as conclusões do Banco Mundial (Banco Mundial, 2003), quanto menos globalizado um país, menos mecanismos de recuperação econômica, assim como processos de integração regional impulsionam a inserção internacional.

De fato, desde 1990, a integração global dos mercados levado a iniciativas de integração em diversas regiões do mundo, e isso poderia ser instrumentalizado como uma vantagem competitiva em alguns tipos de serviços e produção de manufaturados para países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2003, p. 64). Sobre os fenômenos que culminaram na “terceira onda” da globalização, podemos mencionar um amplo debate que envolve questões relacionadas ao poder das grandes corporações internacionais e as transformações pelas quais a economia mundial passou, com diferentes níveis de defesa da perda relativa (baixa ou alta) do poder do Estado. Esse é um debate longo e muito bem explorado por autores como Gilpin (2001) e Strange (1996). Além disso, um marco importante da terceira onda da globalização para as pesquisas realizadas é que, não apenas índices econômicos passam a contar na avaliação das condições de integração dos países, mas também outras reformas políticas que envolvem direitos que trazem segurança jurídica, tais como o direito à propriedade (Tostes 2004, p. 43).

Em seminal publicação organizada por David Held e Anthony McGrew (2002), foram sintetizados os principais debates, sobre globalização e seus aspectos transformadores do Estado e das sociedades, pelos autores de referência sobre o tema. Ocasão em que se apontava o rápido crescimento de instituições internacionais governamentais e não governamentais, bem como o



aumento de organizações regionais e interconexões regionais. Já se tornava evidente para os estudos sobre instituições e regionalismo, a necessidade da ampliação do leque analítico da política internacional, na medida em que o alcance da conveniência e da ampliação de articulações regionais pela cooperação intergovernamental demarcavam novos focos de poder ou busca de influência que visavam institucionalização regional, como se deu na União Africana (UA), Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS, sigla em inglês), Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA, sigla em inglês), Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Novas áreas de pesquisa e metodologias comparativas para se compreender regionalismos comparados, dissecando-se similaridades e contrastes institucionais entre casos e experiências, de fracasso ou sucesso, bem como a emergência de novas relações inter-regionais, viriam a ocupar os novos estudos sobre regionalismo e regionalização (Söderbaum, 2016; Borzel e Risse, 2016).

REGIONALIZAÇÃO E REGIONALISMO

Quando consideramos uma perspectiva histórica da formação dos Estados nacionais da Europa, é possível uma análise mais abrangente sobre problemas contemporâneos referentes a questões territoriais, formação de rivalidades e parcerias. Da mesma forma que a história dos Estados nacionais sempre foi marcada por um contexto de conflitos e disputas de autoridades, a cooperação estimulada e institucionalizada que se constrói após a Segunda Guerra Mundial apresenta novidades para o sistema internacional.

Após os traumas das guerras, desde a década de 1950, a integração regional europeia ganha vigor, ainda com mais ou menos celeridade, a cada década. Na década de 1960, a união aduaneira avança e os princípios de supranacionalidade se constroem a partir do exercício proativo da Corte de Justiça da União Europeia. Nas décadas seguintes, o mercado único se consolida e, em 1993, a cidadania europeia e a moeda única são lançadas e o projeto de regionalização gera uma complexa institucionalização que vimos hoje no continente europeu. Para além de crises e do desmembramento do Reino Unido, a região europeia é um espaço de regionalismo forte com ambições de influência internacional (Bradford, 2020).



A aplicação das teorias das relações internacionais ao regionalismo surge com a tentativa de se compreender o processo de integração europeu: o processo mais avançado e consolidado de integração regional. Porém, Fawcett e Hurrell (1995) propõem um enfoque não eurocêntrico e, para isso, partem da análise de dois grupos teóricos sistêmicos ou estruturalistas aplicáveis ao regionalismo contemporâneo. As teorias neorrealistas, representadas por Kenneth Waltz (2002), e as teorias da interdependência estrutural e da globalização, que enfatizam o impacto das mudanças econômica e tecnológica nas relações internacionais. O descompasso do neorrealismo com o regionalismo pode ser marcado principalmente pela incapacidade de o neorrealismo explicar as mudanças da configuração de poder. Sendo o regionalismo comparável às políticas de formação de alianças, é possível enfatizar o arcabouço geopolítico em que ocorrem os avanços do regionalismo e reconhecer que esta é uma estratégia no jogo da concorrência neomercantilista, e não simplesmente fruto de desejo de cooperação e coincidência de objetivos.

Enquanto o neorrealismo nos apresenta formas de interpretação da razão e emergência do regionalismo, esta ferramenta teórica não nos ajuda a compreender como se desenvolve a integração após sua formação. Seu funcionamento, implicações, mudanças e perspectivas podem ser avaliadas a partir das teorias da interdependência.

Três explicações têm sido arroladas para dar conta do surgimento do regionalismo face à interdependência, segundo Hurrell (1995). A primeira delas enfatiza a importância da configuração do sistema internacional de poder e a dinâmica da competição pelo poder político. Nessa linha de pensamento, caminham os enfoques realistas e neorrealistas, que não reconhecem diferenças entre as políticas de formação do regionalismo e as políticas de formação de alianças, considerando, assim, os blocos regionais como respostas aos desafios externos. No início da década de 1990, os movimentos da Comunidade Europeia em torno do Tratado de Maastricht e o movimento dos Estados Unidos em torno do USMCA⁶, foram interpretados como uma resposta ao que se colocava como desafio do Leste Asiático e particularmente do Japão. Em resumo, nesta visão, a tendência à formação de blocos regionais ou sub-regionais é concebida como uma nova

⁶ “United States–Mexico–Canada Agreement” (USMCA) foi estabelecido primeiramente como “NAFTA” em 1992 por Canadá, Estados Unidos e México para eliminar barreiras ao comércio e facilitar o movimento de bens e serviços entre esses países. O NAFTA entrou em vigor em 1994 e, desde 2020, passou a ser conhecido como “USMCA” (U.S. Customs and Border Protection, 2024).



forma de surgimento de balança de poder regional ou sub-regional, mas também poderia ser interpretada como uma forma de manter o *status quo* inalterado na configuração unipolar americana, no caso do USMCA ou do Acordo de Livre-Comércio das Américas (ALCA, sigla em inglês).

As relações gerais entre hegemonia e cooperação vêm sendo destacadas pela literatura, mas a relação entre hegemonia e regionalismo também pode ser pensada a partir da contribuição de Hurrell (1995, pp. 33-36). Segundo o autor, existem maneiras pelas quais a hegemonia pode ser um estímulo à cooperação, e dentre elas podemos destacar que o regionalismo pode aparecer como uma resposta à existência de um poder real ou potencial. Uma forma de equilíbrio de poder frente a um Estado dominante ou a um Estado ameaçado pelo hegemônico. Instituições regionais servem, neste caso, como meios de se restringir à ação livre do poder hegemônico. De outra forma, o impulso regionalista pode se dar em torno da potência hegemônica, como forma de acomodação local e troca de recompensas entre fortes e fracos na balança de poder.

Na perspectiva institucionalista com características liberais (Keohane, 1984; 1989), o surgimento do regionalismo é uma resposta funcional aos problemas criados pela interdependência, ou seja, um padrão de cooperação institucionalizada em resposta às tendências globais contemporâneas em que o exercício do poder é complexo e multifacetado. Coincidindo com o realismo sobre a natureza estatal-anárquica do sistema, esta perspectiva salienta a importância das instituições para se atingir formas mais eficientes de regulação do aumento de zonas de conflito no mundo interconectado contemporâneo. Muitos problemas políticos atualmente só podem ser resolvidos pela via da cooperação internacional, citando-se, como exemplo, desde problemas de áreas técnicas e não controversas até certos temas da alta política.

Entre 1980 e 1990, as iniciativas regionalistas assumiram novas características e escopo. A busca pela liberalização do mercado com o objetivo de reduzir custos, fortalecendo a cooperação entre os Estados membros dos acordos, gerou o que é conhecido como “regionalismo aberto”. Em outras palavras, ao contrário do “regionalismo fechado” do passado, uma nova fase de cooperação comercial apareceu na década de 1980. O “regionalismo aberto” implicou a expansão não só de parcerias entre os Estados, mas também os setores envolvidos na cooperação (Fawcett e Hurrell, 1995). O “novo regionalismo” que emerge nos anos 1980 viria complementar a primeira



onda de regionalismo tradicional, que marca as décadas de 1950 e 1960, dentre outras razões, por inserir a cláusula democrática no processo de integração regional. Esta é uma premissa que afunda suas raízes na história da formação dos Estados liberais, cujas bases para a liberdade social e econômica se baseiam na economia de mercado dependente de um Estado de Direito e respeito a direitos individuais.

Segundo Hurrell (1995, p.3), um “novo regionalismo” se reconhece por quatro características básicas: i) a emergência do novo eixo Norte-Sul, diferentemente do eixo Leste-Oeste que marcou a divisão do mundo no período da Guerra Fria; ii) inovação institucional do mundo globalizado, diferente do modelo básico das tradicionais organizações internacionais; iii) o reconhecimento da relação intrínseca entre economia e política, típica da evolução da economia global; iv) aumento acentuado da consciência regional (ideia de pertencimento a um âmbito de convivência que vai além do Estado-Nação).

Das características apontadas pelo autor (Hurrell, 1995), a mais passível de refutação é, sem dúvida, a última. Não inferimos com clareza uma conscientização social ou cultural para além do Estado-Nação, na direção da região que circunda o Estado. No entanto, além de consideráveis variações no nível de institucionalização da segunda onda de regionalismo, a sua natureza multidimensional torna difícil traçar uma linha clara entre economia e política, com impacto na sociedade e na vida privada dos cidadãos. Podendo, entretanto, levar a uma aproximação ou a um estranhamento e rejeição à maior circulação de pessoas entre os Estados integrados em regiões, como temos visto com a ascensão do suporte a representantes políticos de extrema nacionalismo ou mesmo xenófobos na União Europeia.

Finalmente, uma característica importante do novo regionalismo é que existem múltiplas redes de acordos em formação, que muitas vezes se entrecruzam ou se sobrepõem (Mello, 1998). Isso tem dado origem ao chamado “regionalismo aberto”, pelo qual um país pode pertencer sucessivamente a várias tentativas de integração regional ou sub-regional. Assim, atualmente, existe uma diversidade de tipos e objetivos nos processos regionais em desenvolvimento, iniciativas sub-regionais de cooperação e integração econômica (MERCOSUL, Comunidade Andina, etc.) avançam simultaneamente à proliferação de áreas de livre comércio como o NAFTA;



o regionalismo aberto, ao estilo MERCOSUL, convive com o regionalismo fechado do NAFTA (Mello, 1998), que desde 2020 deu lugar para o Acordo Estados Unidos-México-Canadá (USMCA).

GLOBALIZAÇÃO E REGIONALISMO

Levando-se em conta que o regionalismo capacita os Estados para a competição no novo contexto global, poderíamos considerar uma complementariedade da economia global. Por outro lado, enquanto os processos de integração aumentam a interdependência dos países envolvidos, diminuem a assimetria das relações entre eles. A proliferação de pactos comerciais e processos de integração é também consequência da interdependência entre os Estados. Nesse sentido, Mello (1998) considera a complementariedade entre o globalismo e o regionalismo, pois a regionalização se apresenta, historicamente, para a autora, como uma resposta aos desafios da globalização.

Assim pode ser visto o encaminhamento da integração na região do Mercosul, como expressão da busca de capacitação internacional. Dessa forma, a integração na região vem sendo vista pela literatura nacional (Mello, 1998) como forma de criação de “reserva de autonomia” para a ampliação do papel de *global player* que o Brasil almeja. No caso da União Europeia, também é possível identificar-se a complementariedade, na medida em que o aumento da interdependência levou alguns países europeus a buscarem reforços regionais criando instituições, acordos e regras que, no mínimo, diminuíram suas assimetrias e, além de capacitarem cada Estado-membro para melhor competirem no mercado internacional, aperfeiçoaram as condições de desenvolvimento global que permitem crescimento econômico, segundo o próprio Banco Mundial (2003). Na verdade, não há uma só perspectiva correta. Ao mesmo tempo em que a regionalização reparte um mundo que poderia ser global e reproduz internamente novas vias mais autônomas de interdependência, produzindo um poder de enfrentamento com o concorrente externo, hegemônico ou não, o regionalismo só ganhou fôlego e aperfeiçoou-se, como no caso da União Europeia, em função da globalização. Caso não existissem as condições de troca de informação, tecnologia, comunicação, transporte e, principalmente, o interesse econômico global, financeiro internacional e do mercado, provavelmente a relação custo-benefício não teria se equilibrado tal como se deu a partir, principalmente, dos anos 1990, na região.



O regionalismo parece, no entanto, se contrapor à globalização, segundo Hurrell (1995, p.38), pelas seguintes razões: i) a globalização pressupõe um aumento dos níveis de interdependência econômica, juntamente com o surgimento de novas questões globais, demandando com isso a regulação de temas globais por instituições não regionais; ii) o rearranjo de interesses e demandas globais, em temas fundamentais, têm se dado em caráter ocidental e não regional. Como exemplos o autor cita o Grupo dos 7⁷, os sistemas de segurança transatlânticos e transpacíficos; iii) no âmbito das atividades econômicas e das finanças globais, as alianças se dão mais entre empresas e Estados do que entre regiões.

Para Hurrell (1995, p. 38), a caracterização de certos temas como sendo globais é vista como um exagero em muitos casos⁸, uma vez que se formam unidades de competição maiores com o regionalismo, e busca de mecanismos para o enfrentamento de poderes hegemônicos ou demais atores concorrentes no mercado internacional. Isso pode ocorrer especialmente quando os Estados deixam de ser os únicos atores relevantes, e instituições, regimes e empresas passam a fazer diferença no equilíbrio de forças das relações internacionais.

Nesse sentido, Olavo Baptista (1998) interpretou o regionalismo como uma força centrífuga. Ou seja, o regionalismo expressaria a afirmação de um processo de fragmentação internacional em que o crescimento das organizações regionais pode ser visto como um movimento que se opõe e resiste à globalização. O autor reconhece, entretanto, que essa fragmentação é menor nos setores financeiros e de telecomunicações, onde o processo de globalização consegue se firmar com mais força. Assim, o que separaria o regionalismo da globalização não seria uma questão pragmática, mas uma percepção da oportunidade e do momento histórico.

Para além dos argumentos e teses que defendem a complementariedade ou oposição entre globalismo e regionalização, podemos identificar um importante ponto em comum entre as perspectivas divergentes: os objetivos políticos e econômicos não têm uma linha divisória clara, uma vez que o regionalismo é alimentado tanto pelo fim da Guerra Fria quanto pela evolução da

⁷ O grupo dos 7 é um fórum político e intergovernamental formado por democracias industrializadas como Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido para a promoção da liberdade, democracia e direitos humanos (G7+, 2024)

⁸ Embora algumas questões sejam globais (como o problema da camada de ozônio ou perda da biodiversidade), seus efeitos se fazem sentir, na maioria dos casos, em regiões específicas. O resultado disso é que os incentivos para a cooperação e para a pressão vão emergir das regiões afetadas.



economia global. Ou, como afirma Vigevani (1999, p. 31), a aproximação de Estados e a formação de blocos estariam ligadas a uma sensação de insegurança quanto ao futuro das relações internacionais e ao processo de globalização.

Em uma situação de globalização da economia, os processos de integração podem ser vistos como meios de sobrevivência, ao mesmo tempo em que são consequências do contexto que exige maior fortalecimento regional para que se enfrente poderes hegemônicos, não se contrapondo a eles, mas buscando maior aproximação na troca de interesses. Nesses casos, o regionalismo é visto como um efeito da força centrípeta da globalização.

As polaridades políticas que reinaram absolutas durante a Guerra Fria estavam claramente definidas, o que fazia com que as solidariedades ideológicas fossem deslocadas para as alianças militares, para os agrupamentos econômicos e para os sistemas políticos (Lafer e Fonseca Jr., 1997). Com o fim da Guerra Fria, essa maneira de funcionamento do sistema internacional deu lugar ao que ambos os autores chamaram de “sistema internacional de polaridades indefinidas”.

ESPACIALIZAÇÃO E PROJEÇÃO GLOBAL DE MODELOS REGIONAIS

A viabilidade da criação de um acordo regional depende de os potenciais membros terem instituições econômicas ou políticas relativamente semelhantes ou capazes de se aproximarem delas. Em outras palavras, à medida que possíveis diferenças iniciais entre Estados que pretendem cooperar a partir de instituições regionais, em busca de ganhos potenciais, concluem Acordos Preferenciais de Comércio (APCs), o grau de semelhança institucional entre as partes tende a ser acentuada (Hurrell 1995, pp. 68-71). Assim como a própria perspectiva de “adesão a um grupo preferencial precipitará a mudança institucional” nesses Estados, podendo influenciar fortemente o sucesso da organização regional.

Kim, Mansfield e Milner (2016) designam como “governança comercial regional na economia internacional contemporânea” o fenômeno da proliferação de APCs, surgindo como uma característica proeminente nas relações internacionais contemporâneas. Os autores concordam com Hurrell (1995, pp. 68-75) que as APCs funcionam como um motor de uma forma de regionalismo que impactam processos de construção institucional regional.



The extant literature, however, provides little guidance about how large institutional differences can be before regional integration becomes politically infeasible. Nor does it indicate whether regional agreements can help members to lock in institutional reforms if there is little preexisting domestic support for these changes (Kim, Mansfield e Milner, 2016, p. 590)

Assim como no caso do NAFTA, atualmente USMCA, foi dada muita importância ao valor do estreitamento de cooperação regional para as empresas americanas acessarem os mercados do México e do Canadá. Vimos tal dinâmica assumida como uma estratégia de líderes políticos e atores econômicos para exportar e importar produtos, obter energia e matérias-primas, de forma a responder deliberadas pressões de empresas globalizadas, que demandaram disposições políticas mais benéficas e minimamente institucionalizadas, atores que funcionam como “drivers”, os condutores do fortalecimento e expansão de organizações regionais (Duina, 2016). Muitos estudos sobre o NAFTA/USMCA inauguraram interpretações sobre tendências da constituição de um novíssimo regionalismo (uma terceira onda de regionalismo, a considerar-se os diferenciais de outras organizações e tratados de comércio).

We would be remiss if, in discussing research on regionalism in North America, we did not recognize literature on Canadian and American connections towards Europe. Three are especially important: TTIP, CETA, and NATO. As with other instances of regionalism, research points to a bureaucratized and legalized cross-national space—in this case the North Atlantic—where the member states pursue a shared set of objectives. (Duina, 2016, p. 257)

Além de efeitos econômicos, organizações regionais fortemente institucionalizadas impactam a sociedade, grupos de interesse e formas de produção local e direitos, uma vez que há uma “deslocalização de empresas” com os novos modelos de produção industrial descentralizado.

Foi na mesma “onda” do NAFTA/USMCA que Estados Unidos e União Europeia (UE) tentaram aprovar um acordo comercial bastante abrangente, visando reduções tarifárias numa vasta gama de setores econômicos, incluindo direitos e conteúdo de cooperação mais amplos do que o comércio, além de cláusulas de reconhecimento mútuo de normas e harmonização de regulações. Iniciado na década de 1990, viu avanços em 2007 e em 2013, mas encontra-se estagnado.



Diferente foi o destino de outro Tratado abrangente, com características similares, o CETA foi assinado em 2013 pelo Canadá e pela EU e encontra-se em vigor provisoriamente desde 2017. Acordos como estes foram considerados de “nova geração” (Leblond, 2010).

A proliferação de ACPs e de instituições internacionais na década de 1990 tornou-se um quadro crucial de confiança emergente e previsibilidade entre os Estados e outros atores internacionais. O crescimento significativo dos acordos regionais tem sido interpretado como uma “terceira onda de regionalismo” no contexto do reforço da interdependência entre mercados e Estados. Baldwin (2011) identifica uma relação complexa conhecida como “comércio-investimento-nexo de serviços”, que surgiu das novas cadeias globais de valor (CGV). A complexidade do mundo globalizado exigiu novas formas de cooperação e uma busca por uma maior institucionalização de padrões e direitos que afetam os ganhos em comércio internacional. O cenário da nova CGV é a chave para compreender o compromisso dos parceiros econômicos. A globalização motiva a economia e grupos empresariais globalizados a operar internacionalmente e em diferentes etapas da produção. Serviços e processos de produção (desde matérias-primas até produtos acabados) são realizados onde quer que as habilidades e os materiais necessários estejam disponíveis a custos e qualidade competitivos (Tostes, 2017).

Em suma, as implicações dos novos tratados de comércio e investimento não são apenas limitadas aos parceiros comerciais, mas trazem impacto para terceiros, de forma a mudar o comércio em espaços mais amplos do que aqueles envolvidos no acordo. Horn, Mavroidis e Sapir (2009) desenvolveram uma classificação da nova anatomia das regras regionais para descrever as inovações dos acordos de “nova geração” e suas consequências para o multilateralismo.

CONCLUSÕES

O processo da globalização é um processo complexo que pode ser capaz de reforçar a ação do Estado e da região em alguns aspectos (Hurrell, 1999). Primeiro, porque o aprofundamento crescente da integração acarreta problemas que exigem novas formas de gestão coletiva e regulação que sugerem criação de instituições, viabilizando inclusive uma coordenação mais eficaz para o alcance de respostas técnicas e políticas. Em segundo lugar, o regionalismo seria, de um lado, a forma mais viável para reconciliar o mercado integrador e as pressões tecnológicas



homogeneizadoras da globalização. Isto é, é possível ter uma perspectiva do regionalismo como uma estratégia sintetizadora das forças integradoras e as forças centrífugas da regionalização.

E, por último, a globalização também foi vista como um poderoso estímulo para a regionalização. Isto porque, se de um lado, a globalização significa que os Estados enfrentam pressões para homogeneizar políticas econômicas, a fim de receber investimentos e tecnologias para poder concorrer num mercado bastante vinculado, por outro lado, a natureza da competição pressiona os Estados na direção de formar-se unidades maiores de ação, não só por uma razão de eficiência ante a demanda, mas para ter um poder de barganha política na negociação e poder de influência efetiva no estabelecimento das novas regras e instituições que governam a economia mundial. Se nessa perspectiva os Estados deixam de ser os atores mais importantes, a regionalização seria uma opção factível de fortalecimento dos Estados.

Em conclusão, o fenômeno da interdependência (dos efeitos e custos recíprocos) não constitui só um vínculo que faz as relações dos Estados nacionais mais permeáveis entre si, restando-lhes autonomia nas suas escolhas, mas também pode ser interpretado como constituidor da ponte entre regionalismo e globalização. Isso significa que o regionalismo aparece como uma forma viável de administrar a globalização, exatamente porque ambas as forças criam elementos que fragmentam e reúnem interesses. Sendo os Estados interdependentes, o ponto de gestão de conflitos pode aparecer e ser solucionado no próprio âmbito regional, levando à formação de regimes internacionais (Krasner, 2010; Keohane, 1984).

As ORs surgem e desaparecem como resultados de tentativas de soluções especializadas para o atendimento de demandas do mercado global. Neste artigo, buscamos traçar uma história transversal sobre o regionalismo, do ponto de vista institucional, em que, para além dos debates sobre “crises do regionalismo” (Nolte; Weiffen, 2021), revelam-se um novo objeto teórico no campo dos estudos das instituições internacionais. Consideramos no artigo os processos de regionalização que emergem no fim do século XX e suas consequências para o campo teórico das relações internacionais. Encontramo-nos em momento de emergência de novas abordagens teóricas sobre regionalismos comparados (Börzel e Risse, 2016; Acharya, 2009; Warleigh-Lack, 2008), inter-regionalismo (Hoffmann, 2016; Hänggi, 2006; Robles, 2008) e uma nova visão sobre o papel das organizações regionais e seus impactos na política global. A globalização que se



intensifica na década de 1990 impactou a formação de organizações regionais (Santander, 2016; 2018) e provocou, segundo alguns debates sobre o tema do regionalismo, uma ambição de exportação de projetos regionais consolidados (Middell e Marung, 2019) para outros espaços internacionais.

Concluimos que as relações entre Estados em cooperação regionais, organizações regionais, regionalismos e globalização devem envolver uma nova realidade internacional de projetos e processos de regionalização que ambicionam realocar o papel de organizações regionais, em que Estados se articulam para projetarem-se globalmente com projetos próprios e modelos institucionais que visam, muitas vezes, competir com outros que coexistem da ordem contemporânea (Middell e Marung, 2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acharya, A. (2009) *Whose Ideas Matter? Agency and Power in Asian Regionalism*. Ithaca and London: Cornell University Press.

Baldwin, R. (2011) '21st Century Regionalism: Filling the gap between 21st century trade and 20th century trade rules', *Policy Insight*, 56, [online]. Disponível em: WTO | Research and Analysis - working paper: 21st Century Regionalism: Filling the gap between 21st century trade and 20th century trade rules [Acesso em: 14 jun. 2024]

Banco Mundial (2003) *Globalização, crescimento e pobreza. A visão do Banco Mundial sobre os efeitos da globalização*. São Paulo: Ed. Futura.

Baptista, L. O. (1998) 'Alca: seu impacto sobre o sistema jurídico brasileiro', in J. A. G. Albuquerque e H. A. de Oliveira (eds.) *Relações Internacionais e sua construção jurídica: A Alca e os blocos internacionais*. São Paulo: FTD.

Börzel, T.; Risse, T. (2016) *Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press.



Bradford, A. (2020) *The Brussels Effect. How the European Union Rules the World*. Oxford: Oxford University Press.

Duina, F. (2016) 'North America and the Transatlantic Area' in T. A. Börzel; T. Risse (eds.), *Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 246-282.

Fawcett, L.; Hurrell, A (1995) *Regionalism in World Politics – Regional Organization and International Order*. Oxford: Oxford University Press.

G7+ (2024). Who We Are. Disponível em: <https://www.g7plus.org/> [Acesso em: 15 junho 2024]

Gilpin, R. G. (1987) *The Political Economy of International Relations*. New Jersey: Princeton University Press.

Gilpin, R. G. (2001) *Global Politics Economy: Understanding the International Economic Order*. Princeton: Princeton University Press.

Government of Canada (2024). About CETA. Disponível em: https://www.international.gc.ca/trade-commerce/trade-agreements-accords-commerciaux/agr-acc/ceta-aecg/about_ceta-propos_aecg.aspx?lang=eng [Acesso em: 14 junho 2024]

Hänggi, H (2006) 'Interregionalism as a Multifaceted Phenomenon' in H. Hänggi; R. Roloff e J. Rüländ (eds), *Interregionalism and International Relations*. Abingdon: Routledge, pp. 31-62.

Held, D. (1991) *Democracy and the Global Order*. Cambridge: Polity Press.

Held, D.; McGrew, A. (2007) *Globalization Theory: Approaches and Controversies*. Oxford: Polity.



Hoffmann, A. R. (2016) 'Inter-and Transregionalism' in T. A. Börzel; T. Risse (eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 1083-1115.

Horn, H.; Mavroidis, P.; Sapir, A (2009) 'Beyond the WTO? An Anatomy of EU and US Preferential Trade Agreements', 33 (11), pp. 1-33, [online]. Disponível em: https://scholarship.law.columbia.edu/faculty_scholarship/2387/ [Acesso em: 14 jun. 2024]

Hurrell, A (1995) 'O ressurgimento do regionalismo na política mundial', *Contexto Internacional*, 17 (1), pp. 23-59, [online]. Disponível em: http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Hurrell_vol17n1.pdf [Acesso em: 09 jun. 2024]

Keohane, R. O (1984). *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton: Princeton University Press.

Keohane, R. O (1989). *Instituciones Internacionales y poder estatal*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Keohane, R. O; Nye, J. S. Jr (1998). 'Power and Interdependence in the Information Age', *Foreign Affairs*, 77 (5), pp. 81-94, [online]. Disponível em: *Power and Interdependence in the Information Age on JSTOR* [Acesso em: 14 jun. 2024]

Kim, S. Y; Mansfield, E. D; Milner, H. V (2016). 'Regional Trade Governance', in T. A. Börzel; T. Risse (eds.), *Oxford Handbook of Comparative Regionalism*. Oxford: Oxford University Press, pp. 585-634.

Krasner, S. D. (1982) 'Structural causes and regime consequences: regimes and intervening variables', *International Organization*, 36 (2), pp. 185-205, [online]. Disponível em: <https://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgri/files/2016/02/Krasner-Structural-Causes-and-Regime-Consequencies-Regime-as-Intervening-Variables.pdf> [Acesso em: 15 jun. 2024]



Lafer, C.; Fonseca Jr., G (1997). 'Questões para a diplomacia no contexto internacional das polaridades indefinidas', in *Temas de Política Externa Brasileira II*. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1.

Leblond, P. (2010). 'The Canada–EU Comprehensive Economic and Trade Agreement: More to It than Meets the Eye'. *Policy Options*, July–August, pp. 74–78.

Mello, F. de C. (1998). 'O Mercosul e a Alca', in J. A. G. Albuquerque e H. A. de Oliveira (eds.) *Relações Internacionais e sua construção jurídica: A Alca e os blocos internacionais*. São Paulo: FTD.

Mello; Marung, S (2019) *Spatial Formats under the Global Condition*. Berlin: De Gruyter Oldenbourg.

Nolte, D.; Weiffen, B. (2021) *Regionalism Under Stress*. New York: Routledge.

Nye, J. (2002) *Compreender os Conflitos Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Office of the United States Trade Representative (2024a). *Transatlantic Trade and Investment Partnership (T-TIP)*. Disponível em: <https://ustr.gov/ttip> [Acesso em: 14 junho 2024]

Office of the United States Trade Representative (2024b). *Overview of the Trans Pacific Partnership*. Disponível em: <https://ustr.gov/tpp/overview-of-the-TPP> [Acesso em: 14 junho 2024]

Robles, A. C. Jr. (2008). *The Asia–Europe Meeting: The Theory and Practice of Interregionalism*. Abingdon: Routledge.

Santander, S. (2016) *Concurrences régionales dans un monde multipolaire emergent*. Brussels: Peter Lang.



Santander, S. (2018) 'Regionalism in a globalised multipolar economy', *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 18 (2), pp. 228-244, [online]. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/29836> [Acesso em: 09 jun. 2024]

Söderbaum, F. (2016) *Rethinking Regionalism*. London: Palgrave Macmillan.

Strange, S. (1988) *States and Markets*. London: Pinter Publishers.

Strange, S. et al (1996). *The Retreat of the State: the diffusion of Power in the World Economy*. Cambridge: Cambridge University Press.

Tostes, A. P. (2004) 'Identities transnacionais e o estado: viço e teimosia?', *Lua Nova*, 63, pp. 39-66, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/35jLxV8ny4RLTKvvkqYNrDQ/abstract/?lang=pt> [Acesso em: 15 jun. 2024]

Tostes, A. P. (2017) 'T-TIP against the wall: feasibility, resistance, and consequences for third countries', *Carta Internacional*, 12 (1), pp. 49-72, [online]. Disponível em: T-TIP against the wall: feasibility, resistance, and consequences for third countries | *Carta Internacional* (abri.org.br) [Acesso em: 14 jun. 2024]

U.S. Customs and Border Protection (2024) *North American Free Trade Agreement*. Disponível em: <https://www.cbp.gov/trade/north-american-free-trade-agreement> [Acesso em: 14 junho 2024]

Union of International Associations (2024) *The Yearbook of International Organizations*. Disponível em: <https://uia.org/yearbook> [Acesso em: 14 junho 2024]



Vigevani, T. (1999) 'Ciclos longos e cenários contemporâneos da sociedade internacional', *Lua Nova*, 46, pp. 5-53, [online]. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/3S4xwfDjdxJsSRmbpkW97kr/abstract/?lang=pt> [Acesso em: 09 jun. 2024]

Villa, R. D.; Tostes, A. P. (2006) 'Democracia cosmopolita versus política internacional', *Lua Nova*, 66, pp. 69-107, [online]. Disponível em: SciELO - Brasil - Democracia cosmopolita versus política internacional Democracia cosmopolita versus política internacional [Acesso em: 14 jun. 2024]

Waltz, K. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

Warleigh-Lack, A. (2008) 'Studying regionalisation comparatively', in A. F. Cooper; C. Hughes e P. De Lombaerde (eds.), *Regionalisation and global governance: the taming of globalisation?* London: Routledge, pp. 43-60.

